



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JOELDER ALVES DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE ENTIDADE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

**JOÃO PESSOA
2017**

JOELDER ALVES DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE ENTIDADE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de bacharel em Contabilidade.

Orientador: Prof. Me. Marcelo Pinheiro de Lucena

**JOÃO PESSOA
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474a Alves do Nascimento, Joelder.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA / Joelder Alves do Nascimento. – João Pessoa, 2017.

34f.

Orientador(a): Profº Msc. Marcelo Pinheiro de Lucena.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Balanço Orçamentário. 2. Administração Indireta. 3. Administração Pública. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:657(043.2)

JOELDER ALVES DO NASCIMENTO

**ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE ENTIDADE DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Professor Me. Marcelo Pinheiro de Lucena(Orientador)

Instituição: UFPB

Membro: Professora Me. Carla Janaina Ferreira Nobre

Instituição: UFPB

Examinador)

Membro: Professor Dr. Dimas Barrêto de Queiroz

Instituição: UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço de uma forma especial a todos que, direta ou indiretamente estiveram do meu lado, sem esquecer ninguém, pois de uma forma ou outra, essas pessoas torceram por mim, não adianta terminar um ciclo e de repente olharmos dos lados e não encontrarmos um ser vivo para abraçar e dizer um Muito Obrigado! Como são muitos ao meu redor generalizo de uma forma ampla, para que meu agradecimento não deixe de fora as pessoas que pensam não ter significado nenhum e no fundo são as que mais me ajudam a entender o que é esse mundo cruel diante das questões sociais e seus direitos.

LISTA DE TABELA

Tabela 1- Quociente de execução da receita.....	22
Tabela 2- Quociente de equilíbrio orçamentário.....	22
Tabela 3 - Quociente de execução da despesa.	23
Tabela 4 - Quociente do resultado orçamentário.	23
Tabela 5 - Quociente da execução orçamentária.....	24
Tabela 6 - Quociente financeiro real da execução orçamentária.	24
Tabela 7 - Quociente execução orçamentária corrente.....	25
Tabela 8 - Quociente de execução extra orçamentária.....	25
Tabela 9 - Quociente resultado da execução financeira.	25
Tabela 10 - Quociente do resultado dos saldos financeiros.....	26
Tabela 11 - Quociente da situação financeira.	26
Tabela 12 - Quociente da situação permanente.....	26
Tabela 13 - Quociente do resultado patrimonial.....	27
Tabela 14 - Quociente do resultado das mutações patrimoniais.....	27
Tabela 15 - Quociente do resultado das variações patrimoniais independentes da execução orçamentária.....	28
Tabela 16 - Quociente do resultado das variações patrimoniais.....	28
Tabela 17 - Quociente do resultado das variações patrimoniais.....	29

LISTA DE SIGLAS

- LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
TCE - Tribunal de Contas do Estado

RESUMO

O trabalho pretende analisar o balanço orçamentário gerado pela empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora para o governo do estado da Paraíba dos anos de 2012 a 2014, mostrando que administração indireta do governo pode gerar receitas, dessa forma poder esclarecer, nessa justificativa, conhecimentos específicos, como uma empresa estatal forneceria o superávit ou um provável déficit, ao governo do estado, questões hoje por de mais debatida no âmbito das esferas governamentais, diante das operações de fraudes e improbidades administrativas. Para isso, foi realizada uma pesquisa nos dados desse órgão para poder analisar o seu desempenho orçamentário. Além disso, também foi discutido a respeito da temática referente a administração pública, análise financeira e as suas demonstrações contábeis públicas, onde foi demonstrado os quocientes do balanço referente ao orçamento, financeiro, patrimonial e por fim para a demonstração das variações patrimoniais. Por fim, conclui-se que em quase todos os anos o balanço orçamentário apresentou um déficit de execução, e isso pode ser considerado como uma situação favorável para esse órgão público.

Palavras- Chaves: Balanço Orçamentário. Administração Indireta. Administração Pública.

ABSTRACT

The paper intends to analyze the budget balance generated by the company The Union Superintendence of Press and Publishing for the state government of Paraíba from the years 2012 to 2014, showing that indirect government administration can generate revenues, in order to clarify, in this justification, knowledge Specific, such as a state enterprise would provide the surplus or a probable deficit, to the state government, issues today most debated within the spheres of government, in the face of fraudulent operations and administrative improbabilities. For this, a research was done on the data of this organ to be able to analyze its budgetary performance. In addition, it was also discussed on the subject of public administration, financial analysis and its public financial statements, which showed the quotients of the balance sheet referring to the budget, financial, equity and finally to the demonstration of changes in equity. Finally, it is concluded that in almost every year the budget balance showed a surplus of execution, and this can be considered as a favorable situation for this public body.

Key Words: Budgetary Balance. Indirect Administration. Public administration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	9
1.2 OBJETIVOS	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	12
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA E DESCENTRALIZAÇÃO	12
2.2 ANÁLISE FINANCEIRA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS	13
2.2.1 Quocientes do Balanço Orçamentário.....	13
2.2.2 Quocientes do Balanço Financeiro.....	15
2.2.3 Quocientes para o Balanço Patrimonial	17
2.2.4 Quocientes para a Demonstração das Variações Patrimoniais.....	18
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA.....	20
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA	20
3.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	21
3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	21
4 ANÁLISE DE DADOS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Administrar engloba uma atividade superior de dirigir, de planejar, e também uma atividade subordinada de servir, de executar. Utilizando-se o sentido amplo do vocábulo administrar, tem-se um conceito de Administração Pública em sentido amplo e esta expressão compreenderia a função política ou de governo, que são funções de direção, de planejamento, e a função administrativa, executiva, que é a função subordinada, de servir, de executar (CHIAVENATO, 2011).

Órgãos públicos são centros de competência instituídos no âmbito da mesma pessoa jurídica para o desempenho das funções estatais. São desprovidos de personalidade jurídica e integram a estrutura da pessoa a que pertencem, a quem é imputada a responsabilidade pela atuação de seus órgãos.

A administração pública passou a ter a responsabilidade de implementar e manter um sistema de custos para que se possa avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Com o mandamento legal introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, começaram a surgir mais estudos sobre a contabilidade de custos aplicada ao setor público. No entanto, os procedimentos peculiares da contabilidade governamental, os quais se baseiam nos enfoques legalista e orçamentário, na observância do regime contábil misto relativo à receita pública (regime de caixa) e a despesa pública (regime de competência), não permitem uma efetiva gestão de custos utilizando a contabilidade governamental contemporânea como fonte primária.

A Administração Pública subdivide-se em Administração Direta (centralizada) e Administração Indireta (descentralizada). A Administração Direta é composta pelos órgãos administrativos, esses órgãos são parte das entidades estatais, ao lado dos órgãos legislativos e judiciais. Já a Administração Indireta compõe-se de pessoas administrativas, vinculadas aos órgãos da Administração Direta.

Diante do exposto verifica-se que o governo estadual mantém um órgão autônomo em que desenvolveu atividades diversas como gráfica, jornal, publicidade e diário oficial; no entanto existe para desenvolvimento dos seus fins Receita do tipo industrial e para tal identificou-se um monitoramento de recursos próprios em que se mantém essas atividades, e diante da geração desses recursos pretende-se verificar

o seguinte problema: **Qual a situação econômica e financeira da empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora entre 2012 e 2014?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o orçamento da empresa a União Superintendência de Imprensa e Editora nos anos de 2012 a 2014.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Apresentar os aspectos considerados relevantes sobre administração indireta com relação ao lucro gerado pela empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora;
- b) Analisar as receitas públicas da empresa estatal em estudo conforme relatórios emitidos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), em específico os relatórios de gestão da despesa e receita auferida ao órgão no período de proposto;
- c) identificar o superávit da empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora através de seus demonstrativos financeiros.

1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho pretende desenvolver ou evidenciar o orçamento gerado pela empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora para o governo do estado da Paraíba dos anos de 2012 a 2014, mostrando que administração indireta do governo pode gerar receitas, dessa forma poder esclarecer, nessa justificativa, conhecimentos específicos, como uma empresa estatal forneceria o superávit ou um provável déficit, ao governo do estado, questões hoje por de mais debatida no âmbito das esferas governamentais, diante das operações de fraudes e improbidades administrativas.

Esse trabalho é importante para a contabilidade por que nos permite compreender como está o andamento dessa empresa estatal no que tange a questão orçamentária.

Também permite que seja demonstrado a população que existe possibilidade de todos terem acesso aos dados de uma determinada empresa estatal, basta apenas entrar no site do tribunal de contas do estado.

É justificado como delimitação do estudo como uma compatibilidade entre o sujeito e o objeto de estudo, nesse caso específico do presente trabalho proposto, teve-se uma afinidade do pesquisador ter mantido diversos contatos e estágios junto a instituição de estudo no monitoramento contábil da empresa proposto em que a mesma mantém serviços junto aos 223 municípios do estado da Paraíba, com sistemas eletrônicos de comunicação e parcerias de convênios com os órgão de comunicação na esfera do governo estadual e federal.

A contabilidade mantém hoje um grande leque de opções dentro da administração pública que envolve orçamento, finanças e gestão, o simples fato que nos justifica a delimitação do anexo 2 da lei federal 4320/64 apresentado nos demonstrativos contábeis desse órgão, mantém uma relevância na pouca importância dada pelos gestores daquilo que este demonstrativo representa em análise, tornando o estudo de grande relevância, pois foram poucas as bibliografias que este pesquisador encontrou o envolvimento do comparativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas com seu superávit ou déficit de forma explicativa evitando propor neste projeto um estudo comum ou repetitivo na área pública.

Esse trabalho é importante para a contabilidade por que nos permite compreender como está o andamento dessa empresa estatal no que tange a questão orçamentária.

Também permite que seja demonstrado a população que existe possibilidade de todos terem acesso aos dados de uma determinada empresa estatal, basta apenas entrar no site do tribunal de contas do estado.

É justificado como delimitação do estudo como uma compatibilidade entre o sujeito e o objeto de estudo, nesse caso específico do presente trabalho proposto, teve-se uma afinidade do pesquisador ter mantido diversos contatos e estágios junto a instituição de estudo no monitoramento contábil da empresa proposto em que a mesma mantém serviços junto aos 223 municípios do estado da Paraíba, com sistemas eletrônicos de comunicação e parcerias de convênios com os órgão de comunicação na esfera do governo estadual e federal.

A contabilidade mantém hoje um grande leque de opções dentro da administração pública que envolve orçamento, finanças e gestão, o simples fato que nos justifica a delimitação do anexo 2 da lei federal 4320/64 apresentado nos demonstrativos contábeis desse órgão, mantém uma relevância na pouca importância dada pelos gestores daquilo que este demonstrativo representa em análise, tornando o estudo de grande relevância, pois foram poucas as bibliografias que este pesquisador encontrou o envolvimento do comparativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas com seu superávit ou déficit de forma explicativa evitando propor neste projeto um estudo comum ou repetitivo na área pública.

2 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Superficialmente, pode-se dizer que, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, Administração Pública significa a própria estrutura do Estado, podendo ser definida como o “conjunto de órgãos e pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado” (DI PIETRO, 2010, 57).

Quando o Estado, por si mesmo, desenvolve a função executiva, fala-se em Administração Pública Centralizada ou Direta, pois a atividade administrativa é cumprida pela própria União, através de seus Ministérios, e pelos Estados membros, Municípios e Distrito Federal, através de suas Secretárias.

No entanto, o Estado pode transferir a execução de determinada atividade a pessoas jurídicas por ele criadas ou a particulares. “Nesse caso, ele passa a atuar indiretamente, por intermédio de outras pessoas, seres juridicamente distintos, o que se denomina descentralização administrativa” (MARINELA, 2007, p. 61).

O Decreto-lei n. 200, de 1967, dispõe sobre a reforma administrativa federal. Nos termos do seu art. 4º, alterado pela Lei n. 7.596, de 1987, a Administração Pública Direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e na dos Ministérios e a Administração Pública Indireta abrange as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações públicas. No entanto, não são somente estas entidades que prestam serviços públicos de forma descentralizada: as concessionárias e permissionárias também o fazem.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA E DESCENTRALIZAÇÃO

De acordo com Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2009), Administração Indireta é o conjunto de pessoas jurídicas (desprovidas de autonomia política) que, vinculadas à administração direta, têm competência para o exercício, de forma descentralizada, de atividades administrativas.

A Constituição Federal no seu art. 37, XIX, prescreve que a União, os Estados, Municípios e Distrito Federal poderão através de lei específica instituir a Autarquia e autorizar a criação da Fundação Pública, Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública. Assim, a Administração Indireta é composta por Autarquia, Fundação Pública, Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública.

2.2 ANÁLISE FINANCEIRA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PÚBLICAS

A tarefa de analisar e interpretar os balanços pode constituir-se em uma ferramenta de importante utilidade para a gestão de qualquer entidade. Na análise de balanço das empresas privadas, normalmente são utilizados Quocientes para verificação do grau de liquidez, endividamento e também o grau rentabilidade, entre outros. Porém, empresas públicas, em razão da complexidade de controlar o orçamento público, não podem se utilizar destes mesmos Quocientes. Portanto, neste trabalho serão utilizados Quocientes próprios para empresas públicas.

Os Quocientes foram aplicados nos balanços da empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora para o governo do estado da Paraíba dos anos de 2012 a 2014 onde foram extraídos de Kohama (2009). Estes Quocientes são específicos para demonstrativos de órgãos públicos.

2.2.1 Quocientes do Balanço Orçamentário.

a) Quociente de Execução da Receita:

$$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Esse Quociente indica o quanto foi realizado de Receita Executada em comparação com a Receita Prevista, e o resultado normal deverá ser 1 ou maior ou menor do que 1, porém próximo de 1, ou seja, evidenciando que a Receita Executada esteve próxima da Receita Prevista. Caso seja muito acima ou abaixo de 1, deve-se procurar as causas e possíveis justificativas convincentes (KOHAMA, 2009).

b) Quociente do Equilíbrio Orçamentário:

$$\frac{\text{Despesa Fixada}}{\text{Receita Prevista}}$$

Esse Quociente deve demonstrar quanto a Despesa Fixada é maior do que a Receita Prevista, pois revelará também o quanto foi aberto de Crédito Adicional, e o resultado normal será 1 ou pouco maior do que 1. Caso seja menor do que 1, a tendência é de considerá-lo normal, entretanto, deverá ser uma hipótese, na atualidade, atípica, que precisa ser verificada (KOHAMA, 2009).

c) Quociente de Cobertura dos Créditos Adicionais:

$$\frac{\text{Excesso de Arrecadação}}{\text{Créditos Adicionais Abertos}}$$

Esse Quociente deve demonstrar quanto o Excesso de Arrecadação representa de cobertura para os Créditos Adicionais Abertos, e o resultado considerado normal será 1 ou maior do que 1. Caso seja menor do que 1, há que se verificar se foram feitas as demonstrações mensais da receita arrecadada, de acordo com o art. 29 da Lei nº 4.320/64, para servir de base para a abertura de créditos adicionais que se utilizam de excesso de arrecadação, e qual o motivo que deu causa ao Quociente negativo (KOHAMA, 2009).

d) Quociente da Execução da Despesa:

$$\frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Despesa Fixada}}$$

Esse Quociente deve demonstrar quanto da Despesa Fixada foi utilizado em Despesa Executada, e o resultado menor do que 1 será considerado normal. Dificilmente ocorrerá um resultado 1 e jamais poderá ser maior do que 1, porque, nesse caso, executar-se-á despesa sem autorização (KOHAMA, 2009).

e) Quociente do Resultado Orçamentário:

$$\frac{\text{Receita Executada}}{\text{Despesa Executada}}$$

“Esse Quociente deve demonstrar quanto da Receita Executada serve de cobertura para a Despesa Executada” (KOHAMA, 2009).

2.2.2 Quocientes do Balanço Financeiro.

a) Quociente da Execução Orçamentária:

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária}}$$

“Esse Quociente deve demonstrar quanto a receita orçamentária representa para o pagamento da despesa orçamentária” (KOHAMA, 2009).

b) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária:

$$\frac{\text{Receita Orçamentária}}{\text{Despesa Orçamentária Paga}}$$

Deve-se atentar a seguinte Observação “despesa Orçamentária Paga = Despesa Orçamentária – (Restos a Pagar Inscritos no exercício + Serviço da Dívida a Pagar, que passa para o exercício seguinte)”. (KOHAMA, 2009, p.159).

Dever-se-á considerar normal o resultado 1 e bom o maior do que 1. Caso o resultado seja menor do que 1, deve ser considerado preocupante, pois a receita arrecadada será menor do que a despesa paga, pressupondo-se a utilização de recursos financeiros provenientes da receita extra orçamentária para sua cobertura (KOHAMA, 2009).

c) Quociente da Execução Orçamentária Corrente:

$$\frac{\text{Receita Corrente}}{\text{Despesa Corrente}}$$

Esse Quociente deve demonstrar quanto a receita corrente recebida representa em relação à despesa corrente paga. Como é de se esperar, o desejável será que o Quociente apresente um resultado maior que 1,00, pois assim estará representando que a receita corrente recebida é superior à despesa corrente considerada como paga, para efeito do balanço financeiro (KOHAMA, 2009).

d) Quociente da Execução Orçamentária de Capital:

$$\frac{\text{Receita de Capital}}{\text{Despesa de Capital}}$$

Esse Quociente deve demonstrar quanto a receita de capital recebida representa em relação à despesa de capital paga. Nesse Quociente, “o que se espera é que o resultado seja menor do que 1, porém o mais próximo possível de 1,00” (KOHAMA, 2009, p.162).

e) Quociente da Execução Extra Orçamentária:

$$\frac{\text{Receita Extra- orçamentária}}{\text{Despesa Extra- orçamentário}}$$

Deve-se atentar a seguinte Observação “Quanto mais próximo de 1 esse Quociente estiver, mais será o desejável.” (KOHAMA, 2009, p. 163). Logo:

Se for maior do que 1, representará aumento da dívida flutuante, o que provocará, em consequência, aumento do Passivo Financeiro, no Balanço Patrimonial. Entretanto, se houver, o correspondente aumento dos recursos financeiros das disponibilidades (caixa/bancos), a situação será considerada normal. Porém, se ocorrer a diminuição dos recursos financeiros das disponibilidades em caixa/bancos, isso indicará que a diferença financiou o pagamento de despesas orçamentárias e a situação deverá ser considerada preocupante. Quando for menor do que 1, por outro lado, refletirá uma diminuição da dívida flutuante e, por consequência, diminuição do Passivo Financeiro, no Balanço Patrimonial, mas, por outro lado, refletirá a utilização de recursos financeiros, reduzindo as disponibilidades (caixa/bancos) existentes (KOHAMA, 2009, p.163).

f) Quociente do Resultado da Execução Financeira:

$$\frac{\text{Receita (Orçamentária + Extra -orçamentária)}}{\text{Despesa (Orçamentária + Extra- orçamentária)}}$$

Nesse Quociente, o que se considera normal é o resultado de 1, ou pouco maior do que 1. “Caso seja menor do que 1, deve-se verificar as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem extra orçamentária, para se ter melhor base de análise e interpretação” (KOHAMA, 2009, p.165).

g) Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros:

$$\frac{\text{Saldo que passa para o exercício seguinte}}{\text{Saldo do Exercício Anterior}}$$

Tenderá a ser considerado normal o resultado de 1, ou pouco maior do que 1. “Caso seja menor do que 1, deve-se verificar se as disponibilidades (saldo de caixa/bancos) refletem a movimentação financeira de origem extra orçamentária, para se ter melhor base de análise e interpretação” (KOHAMA, 2009, p.166).

2.2.3 Quocientes para o Balanço Patrimonial

a) Quociente da Situação Financeira:

$$\frac{\text{Ativo Financeiro}}{\text{Passivo Financeiro}}$$

O resultado deste Quociente deve ser analisado observando os seguintes detalhes:

Entretanto, sendo menor do que 1, será considerado negativo:

todavia, há que se verificar se existe algum convênio registrado nas contas de compensação como direito contratual que não tenha sido realizado no exercício, mas com potencial para ser recebido em curto prazo, já que esse

registro não consta do ativo financeiro e cuja despesa já tenha sido empenhada, causando a distorção no resultado desse Quociente. Essa informação é importante, pois ajudará na análise e interpretação mais correta desse resultado (KOHAMA, 2009, p.175).

b) Quociente da Situação Permanente:

$$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Passivo Permanente}}$$

Esse Quociente demonstrará o resultado da relação entre o ativo permanente e o passivo permanente. “O resultado esperado é que seja maior do que 1 ou, pelo menos, 1” (KOHAMA, 2009, p.176).

c) Quociente do Resultado Patrimonial:

$$\frac{\text{Soma do Ativo Real}}{\text{Soma do Passivo Real}}$$

Assim deve-se atentar a Observação “No caso do Quociente apresentar o resultado menor do que 1, há que se verificar na Demonstração das Variações Patrimoniais as causas que originaram esse efeito patrimonial negativo” (KOHAMA, 2009, p.183).

2.2.4 Quocientes para a Demonstração das Variações Patrimoniais

a) Quociente do Resultado das Mutações Patrimoniais

$$\frac{\text{Mutação Patrimonial Ativa}}{\text{Mutação Patrimonial Passiva}}$$

O resultado considerado positivo para a instituição, é quando for maior do que 1, pois demonstrará que a Mutação Patrimonial Ativa é maior que a Mutação Patrimonial Passiva (KOHAMA, 2009).

b) Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais Independentes da Execução Orçamentária

$$\frac{\text{Independente da Execução Orçamentária Ativa}}{\text{Independente da Execução Orçamentária Passiva}}$$

Para que se tenha conhecimento sobre as variáveis que envolvem este Quociente é necessário conhecer algumas definições, como:

Variações Ativas – Independentes da Execução Orçamentária – correspondem às variações patrimoniais, às alterações ou modificações que ocorrem no patrimônio, aumentando-o; porém, não se originam da execução orçamentária.

As *variações ativas* – independentes da execução orçamentária, por não se originarem de fatos orçamentários, surgem sempre por meio de questões provenientes de: Superveniências Ativas; Superveniências Passivas (KOHAMA, 2009, p.131)

c) Quociente do Resultado das Variações na Parte Permanente.

$$\frac{\text{Soma das Mutações Patrim. Ativas + Indep.da Execução Orçament. Ativa}}{\text{Soma das Mutações Patrim. Passivas + Indep. da Execução Orçament. Passiva}}$$

Este Quociente abrange dois subgrupos da Demonstração das Variações Patrimoniais, o das Mutações Patrimoniais, e o Independente da Execução Orçamentária. Neste Quociente será demonstrado, principalmente, se houve aumento ou não do ativo permanente da organização.

d) Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais.

$$\frac{\text{Total das Variações Ativas}}{\text{Total das Variações Passivas}}$$

Este Quociente revela se o resultado patrimonial do período em análise, gerou superávit, ou um déficit. (KOHAMA, 2009).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 TIPOLOGIA DE PESQUISA

A investigação é o processo de pesquisa e é neste sentido que Silva e Menezes (2005, p. 23) define pesquisa como “a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica”. A investigação não é totalmente controlável ou previsível e a metodologia surge da necessidade de disciplinar o processo.

O delineamento da pesquisa é um dos procedimentos metodológicos que implica na escolha de um plano para conduzir a investigação (BEUREN, 2004).

Quanto a seus objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois coleta dados do desempenho orçamentário gerado pela empresa A União Superintendência de Imprensa e Editora. A abordagem do problema, é qualitativa, fazendo uso de interpretação dos fenômenos e atribuição de significados. Os demonstrativos financeiros será a fonte direta para coleta de dados

Método científico é a teoria da investigação. Por ele se propõe compreender o processo da investigação científica e não os resultados dela. Para Nagel (1979, p. 19), método científico “é a lógica geral, tácita ou explicitamente empregada para apreciar os méritos de uma pesquisa. ”.

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E AMOSTRA

O estado da Paraíba como toda administração pública tem como sua especificidade dois tipos de administrações que se desenvolve na direta e indireta descentralizada.

No caso da empresa em estudo analisou-se por comparação em termos de padronização de gestão a empresa A União portanto, a mesma corresponde a uma série comparativa com as demais em termos de delimitação do universo de pesquisa nas normas e apresentação de seus demonstrativos junto aos órgãos fiscalizadores na gestão em estudo pois, nesta pesquisa não são analisados aspectos auditáveis e sim um comparativo de déficit ou superávit para melhor entendimento do objeto de estudo.

3.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho analisar os dados referentes ao balanço orçamentário da União Superintendência de Imprensa e Editora nos anos de 2012 e 2014.

3.4 COLETA E ANALISE DOS DADOS

Quanto a sua natureza, foi uma pesquisa prática, aplicada, gerando conhecimentos dirigidos à solução de um problema específico: compreender o funcionamento das diversas modalidades de órgãos da administração indireta, tendo como objetivo o superávit gerado ao poder executivo.

Os dados foram coletados entre fevereiro e abril e de 2017, dessa forma foram analisados os demonstrativos orçamentários entre os anos de 2012 e 2014. Conseqüentemente, foi analisado sob a luz da literatura vigente.

4 ANALISE DE DADOS

O presente tópico irá realizar a discussão dos dados recolhidos do ente público aqui estudado. Assim, é indispensável ressaltar que os anos aqui estudados são 2012, 2013, e por fim, 2014.

Balanço Orçamentário Anexo 12 (Lei nº 4.320/64)

Tabela 1- Quociente de execução da receita.

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	2012	2013	2014
Receita Executada	R\$ 9.029.639,19	R\$ 11.795.753,27	R\$ 12.625.392,53
Receita Prevista	R\$ 9.974.800,00	R\$ 22.931.000,00	R\$ 20.503.500,00
Diferença	-R\$ 945.160,81	-R\$ 11.135.246,73	-R\$ 7.878.107,47
Resultado	0,905245137	0,514402044	0,615767675

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Esse Quociente serve para demonstrar o quanto foi utilizado de Receita Executada em comparação com a Prevista. Logo, o resultado da empresa aqui estudada foi menor que 1, representa a falta de arrecadação em relação à prevista, isso indica a ineficácia da previsão do orçamento, mas por outro lado no caso a receita executada fosse maior que a receita prevista, iria ter um saldo superior a previsão e se fosse ter despesas superior, teria que ter uma suplementação no orçamento.

De certa forma, houve uma constância nos dados analisados demonstrando que a gestão não foi tão eficiente. Isso é ratificado quando é analisado a diferença entre os dados analisados.

Tabela 2- Quociente de equilíbrio orçamentário.

QUOCIENTE DE EQUILIBRIO ORÇAMENTÁRIO	2012	2013	2014
Despesa Orçamentária Fixada	R\$ 10.384.800,00	R\$ 22.931.000,00	R\$ 20.503.500,00
Receita Orçamentária Prevista	R\$ 10.384.800,00	R\$ 22.931.000,00	R\$ 20.503.500,00
Diferença	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado	1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Percebeu-se que os dados referentes ao resultado foi 1. Dessa forma, quando os resultados são iguais a 1 demonstra que a despesa fixada é igual a prevista,

ocorrendo um equilíbrio Orçamentário. Na tabela 3 demonstrará o quociente de execução da despesa.

Tabela 3 - Quociente de execução da despesa.

QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	2012	2013	2014
Despesa Orçamentária Executada	R\$ 9.420.319,04	R\$ 11.242.741,91	R\$ 11.111.024,34
Despesa Orçamentária Fixada	R\$ 10.384.800,00	R\$ 22.931.000,00	R\$ 20.503.500,00
Diferença	-R\$ 964.480,96	-R\$ 11.688.258,09	-R\$ 9.392.475,66
Resultado	0,907125707	0,490285723	0,541908666

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O resultado foi menor que 1, esse valor demonstra o quanto que a despesa foi gasta. No caso da diferença, representa a economia orçamentária que a empresa fez. Logo, esse valor deve ser igual a hipótese usual, ou seja, que é aquela que geralmente é utilizada.

Entretanto, no caso do serviço público a econômica pode ser considerada como um serviço não realizado. Uma vez que o balanço não detalha função por função. Observou-se que o ano de 2013 teve a maior diferença, representando o ano que houve uma maior economia orçamentária.

Tabela 4 - Quociente do resultado orçamentário.

QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	2012	2013	2014
Receita Executada	R\$ 9.029.639,19	R\$ 11.795.753,27	R\$ 12.625.392,53
Despesa Executada	R\$ 9.420.319,04	R\$ 11.242.741,91	R\$ 11.111.024,34
Diferença	-R\$ 390.679,85	R\$ 553.011,36	R\$ 1.514.368,19
Resultado	0,95852796	1,0491883	1,136294201

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Na tabela 4 observou-se que no ano de 2012 a Receita executada foi menor que a Despesa Executada, representando um resultado de R\$0,96 de receita executada para cada R\$1 de despesa executada isso quer dizer que houve um déficit Orçamentário de R\$ 390.679,85. Nos anos seguintes foi verificado que em 2013 o resultado foi de R\$ 1,05 de receita executada para cada R\$ 1,00 de despesa executada e em 2014 obteve um resultado de R\$1,14 de receita executada, para cada R\$1 de despesa executada, constatando um superávit orçamentário.

Balço Financeiro Anexo 13 (Lei nº4.320/64)

Tabela 5 - Quociente da execução orçamentária.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2012	2013	2014
Receita Orçamentária	R\$ 9.029.639,19	R\$ 11.795.753,27	R\$ 12.625.392,53
Despesa Orçamentária	R\$ 9.420.319,04	R\$ 11.242.741,91	R\$ 11.111.024,34
Diferença	-R\$ 390.679,85	R\$ 553.011,36	R\$ 1.514.368,19
Resultado	0,95852796	1,0491883	1,136294201

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A partir dos dados da Tabela 5 é referente ao balanço financeiro anexo 13 da referida lei. É indispensável salientar que para compreender tal Quociente no ano de 2012 foi menor do que 1, e em 2013 e 2014 foi maior que a 1.

Apenas em 2012 que houve um déficit, enquanto que nos demais anos demonstrou que houve uma despesa orçamentária maior que a receita daquele ano. Logo, apresentou um superávit Orçamentário na execução e movimentação financeira.

Tabela 6 - Quociente financeiro real da execução orçamentária.

QUOCIENTE FINANCEIRO REAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2012	2013	2014
Receita Orçamentária	R\$ 9.029.639,19	R\$ 11.795.753,27	R\$ 12.625.392,53
Despesa Orçamentária - Restos a Pagar	R\$ 8.167.923,84	R\$ 10.442.312,14	R\$ 8.525.126,48
Diferença	R\$ 861.715,35	R\$ 1.353.441,13	R\$ 4.100.266,05
Resultado	1,105499925	1,12961125	1,480962489

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A partir dos dados apresentados, esse Quociente obteve excelentes resultados pois todos foram maiores que 1. Logo, pode ser considerado que a receita orçamentária recebida foi maior do que a despesa paga, assim houve superávit na execução orçamentária e financeira. Nos dois primeiros anos analisados o Quociente apresentou-se constante. No ano de 2014 demonstrou que foi um pouco mais elevado.

Tabela 7 - Quociente execução orçamentária corrente.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	2012	2013	2014
Receita Corrente	R\$ 5.825.478,50	R\$ 7.614.772,02	R\$ 9.841.499,84
Despesa corrente	R\$ 9.420.319,04	R\$ 11.242.741,91	R\$ 11.111.024,34
Diferença	-R\$ 3.594.840,54	-R\$ 3.627.969,89	-R\$ 1.269.524,50
Resultado	0,618395033	0,677305597	0,885741903

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

A partir dos dados da tabela 7, percebeu-se que em todos os anos as Receitas corrente foi menor que as Despesas correntes, observando o ano de 2014 teve uma grande diminuição desse valor mas ainda encontrasse menor que 1.

Tabela 8 - Quociente de execução extra orçamentária.

QUOCIENTE DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2012	2013	2014
Receita Extra-Orçamentária	R\$ 2.618.558,72	R\$ 3.724.674,30	R\$ 3.475.769,81
Despesa Extra-Orçamentária	R\$ 2.136.593,34	R\$ 1.644.375,48	R\$ 3.543.598,75
Diferença	R\$ 481.965,38	R\$ 2.080.298,82	-R\$ 67.828,94
Resultado	1,225576562	2,265099635	0,980858741

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nos dados da tabela 8, nos anos de 2012 e 2013 as Receitas Extra-Orçamentárias foram maiores que as Despesas, ou seja, isso quer dizer que obteve um superávit, e no ano de 2014 as Receitas foram menores que as Despesas, constatando um déficit.

Tabela 9 - Quociente resultado da execução financeira.

QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	2012	2013	2014
Soma da Receita	R\$ 11.648.197,91	R\$ 15.520.427,57	R\$ 16.101.162,34
Soma da Despesa	R\$ 11.556.912,38	R\$ 12.887.117,39	R\$ 14.654.623,09
Diferença	R\$ 91.285,53	R\$ 2.633.310,18	R\$ 1.446.539,25
Resultado	1,007898782	1,204336633	1,098708731

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nos dados da tabela 9, observou-se que a soma de todas as Receitas foram maiores do que as Despesas. Dessa forma, isso ocorrendo faz com que exista um Superávit Financeiro em todos os anos. Ao analisar os dados dessa tabela conclui-se que no ano de 2013 apresentou melhores resultados.

Tabela 10 - Quociente do resultado dos saldos financeiros.

QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS	2012	2013	2014
Saldo que passa para o Exercício Seguinte	R\$ 479.889,40	R\$ 3.113.199,58	R\$ 4.559.738,83
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 388.603,87	R\$ 479.889,40	R\$ 3.113.199,58
Diferença	R\$ 91.285,53	R\$ 2.633.310,18	R\$ 1.446.539,25
Resultado	1,234906384	6,487327247	1,46464713

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Ao analisar os dados da tabela 10, observou-se que os Saldo que passa para o Exercício Seguinte em todos os anos foram maiores que os Saldos do Exercício Anterior, então ouve um superávit financeiro, arrecadação foi maior que os pagamentos.

Balço Patrimonial Anexo N°14 (Lei nº 4320/64)

Tabela 11 - Quociente da situação financeira.

QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA	2012	2013	2014
Ativo Financeiro	R\$ 519.396,72	R\$ 3.152.706,90	R\$ 4.599.246,15
Passivo Financeiro	R\$ 1.805.490,25	R\$ 3.856.817,03	R\$ 3.228.283,93
Diferença	-R\$ 1.286.093,53	-R\$ 704.110,13	R\$ 1.370.962,22
Resultado	0,287676281	0,817437508	1,424672132

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nos anos de 2012 e 2013 o Quociente foi menor que 1, isso quer dizer que o ativo financeiro foi menor que o passivo. Logo, o ativo não foi capaz de cobrir o passivo. Já no ano de 2014 o Quociente foi maior que 1, o Ativo Financeiro foi maior que o Passivo Financeiro, isso quer dizer que ocorreu um superávit financeiro do balanço patrimonial.

Tabela 12 - Quociente da situação permanente.

QUOCIENTE DA SITUAÇÃO PERMANENTE	2012	2013	2014
Ativo Permanente	R\$ 12.619.380,13	R\$ 13.597.462,65	R\$ 15.822.146,75
Passivo Permanente	R\$ 11.333.286,60	R\$ 12.893.352,52	R\$ 17.166.812,81
Diferença	R\$ 1.286.093,53	R\$ 704.110,13	-R\$ 1.344.666,06
Resultado	1,113479309	1,054610322	0,921670605

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em 2012 e 2013 o Quociente foi maior que 1, isso quer dizer que o Ativo Permanente foi maior que o Passivo Permanente, ocorrendo um superávit na parte do permanente do Balanço Patrimonial. E no ano de 2014 o Quociente foi menor que 1 ocorrendo um déficit na parte permanente do Balanço Patrimonial.

De forma geral, essa tabela é importante por que demonstra o nível de endividamento que é apresentado no balanço patrimonial. Assim, espera-se que o Quociente seja maior do que 1.

Tabela 13 - Quociente do resultado patrimonial.

QUOCIENTE DO RESULTADO PATRIMONIAL	2012	2013	2014
Soma do Ativo Real	R\$ 13.138.776,85	R\$ 16.750.169,55	R\$ 20.421.392,90
Soma do Passivo Real	R\$ 1.805.490,25	R\$ 3.856.817,03	R\$ 3.254.580,09
Diferença	R\$ 11.333.286,60	R\$ 12.893.352,52	R\$ 17.166.812,81
Resultado	7,277124233	4,34300342	6,274662886

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nos dados da tabela 13, observou-se que esse Quociente demonstrou que o resultado foi maior que 1. Logo, revela que a soma do ativo real permaneceu sempre maior do que a soma do passivo real. Logo, isso acaba refletindo um superávit patrimonial em todos os exercícios estudados.

Esse Quociente demonstra a soma dos bens, créditos e valores realizáveis é superior à soma dos compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas e conseqüentemente, há o superávit patrimonial.

Demonstração das Variações Patrimoniais ANEXO N°15 (Lei n°4.320/64)

Tabela 14 - Quociente do resultado das mutações patrimoniais.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	2012	2013	2014
Mutação Patrimonial Ativa	R\$ 1.449.361,48	R\$ 1.096.776,68	R\$ 1.324.898,52
Mutação Patrimonial passiva	R\$ 10.618.699,82	R\$ 13.180.628,91	R\$ 14.854.690,10
Diferença	-R\$ 9.169.338,34	-R\$ 12.083.852,23	-R\$ 13.529.791,58
Resultado	0,136491426	0,083211256	0,089190586

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os dados referentes ao resultado, percebeu-se que todos foram menores que 1. Logo, isso demonstra uma situação patrimonial negativa, houve mais baixas de

bens do que foi incorporado. Isso pode acontecer por exemplo por causa de empréstimos ou financiamentos.

Tabela 15 - Quociente do resultado das variações patrimoniais independentes da execução orçamentária.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2012	2013	2014
Independente da Execução Orçamentária Ativa	R\$ 13.210.755,56	R\$ 13.703.279,84	R\$ 17.774.151,86
Independente da Execução Orçamentária passiva	R\$ 1.832.758,92	R\$ 612.373,05	R\$ 1.485.268,18
Diferença	R\$ 11.377.996,64	R\$ 13.090.906,79	R\$ 16.288.883,68
Resultado	7,208125093	22,37733983	11,96696469

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os dados demonstram que todos ficaram acima de 1. Dessa forma, os autores afirmam que esse índice demonstra que a receita arrecada é provocar a redução de bens, créditos e valores da parte permanente. Esses dados querem demonstrar que houve um aumento no patrimônio deste órgão.

No que tange aos dados da diferença percebe-se que o maior resultado foi no ano de 2014.

Tabela 16 - Quociente do resultado das variações patrimoniais.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES NA PARTE PERMANENTE	2012	2013	2014
Soma das Mutações Patrimoniais Ativas + Independentes das Execução Orçamentária Ativa	R\$ 14.660.117,04	R\$ 14.800.056,52	R\$ 19.099.050,38
Soma das Mutações Patrimoniais Passivas + Independentes da Execução Orçamentária Passiva	R\$ 12.451.458,74	R\$ 13.793.001,96	R\$ 16.339.958,28
Diferença	R\$ 2.208.658,30	R\$ 1.007.054,56	R\$ 2.759.092,10
Resultado	1,17738149	1,073011993	1,16885517

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Nos dados da tabela 16, percebeu-se que em todos os anos o Quociente foi superior a 1. Logo, isso quer dizer que em todos os anos ocorreram crescimento no patrimônio.

Tabela 17 - Quociente do resultado das variações patrimoniais.

QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2012	2013	2014
Total das Variações Ativas	R\$ 23.689.756,23	R\$ 26.595.809,79	R\$ 31.724.442,91
Total das Variações Passivas	R\$ 23.689.756,23	R\$ 26.595.809,79	R\$ 31.724.442,91
Diferença	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Resultado	1	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Por fim, o último Tabela demonstra que todos ficaram com resultado igual a um. E a diferença foi zero. Ou seja, tais dados demonstram que não houve déficit ou superávit patrimonial, assim ocorrendo um equilíbrio nas Variações Patrimoniais Ativas e Passivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, o presente trabalho busca demonstrar através do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, a situação econômica e financeira através dos Quocientes encontrados no ente aqui estudado, em relação a receita executada e a receita prevista.

Observou-se um déficit orçamentário muito grande, quer dizer que a previsão da receita foi realizada de forma que a receita executada não atingiria a prevista, assim um mal gerenciamento da previsão orçamentária em todos os anos, mesmo com esse má previsão, pode-se afirmar que foi uma situação orçamentária normal, ou satisfatória, embora que no ano de 2012 tenha tido um déficit orçamentário de R\$ 390.679,85, e nos anos seguintes obteve um superávit orçamentário de R\$ 553.011,36 e 1.514.368,19 respectivamente.

Em quase todos os anos pode-se perceber que o balanço orçamentário apresentou um superávit de execução. Ou seja, o ente atingiu a receita executada. Logo, esta foi maior do que a despesa executada. Isso faz com que ela cumpra o que é pedido na lei do orçamento.

Assim, nos balanços financeiros constatou-se uma movimentação financeira que gerou o superávit financeiro. Observou-se esse superávit financeiro quando analisamos o Quociente do Resultado da Execução financeira, a soma das receitas foram maiores que a soma das despesas tendo um superávit financeiro de R\$ 91.285,53, 2.633.310,18 e 1.446.539,25, respectivamente.

E o Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros demonstra que existe, R\$1,23, 6,49 e 1,46, respectivamente, de saldo que passa para o exercício seguinte para cada R\$1,00 do saldo do exercício anterior, deixando uma situação favorável para este órgão público.

De forma geral, a análise do Balanço Patrimonial da empresa demonstrou que houve um superávit patrimonial a cada exercício, a soma dos bens, créditos e valores realizáveis é superior a somado compromissos exigíveis mais as dívidas fundadas.

E por fim as Demonstrações das Variações Patrimoniais foram iguais a 1, assim o total das variações ativas é igual ao total das variações passivas com isso ocorre o equilíbrio das variações patrimoniais.

Como limitações a pesquisa observou-se que quase não existe literatura vigente referente a temática. Por causa disso, quase não houve estudos para fazer uma melhor comparação dos dados encontrados.

Por fim, sugere-se que no futuro seja realizado outras pesquisas para que se possa comparar com essa que foi realizada para poder observar se os resultados foram os mesmos. Ou até mesmo comparar com a superintendência de imprensa de outro estado.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 17. ed. São Paulo: Editora Método, 2009.

AREZZO, Drydem Castro de. **Introdução à administração pública**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monoTabelas em contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito administrativo**. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JUNQUILHO, Gerson Silva. **Teorias da Administração Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração (UFSC); [Brasília]: CAPES; 2010.

KOHAMA, Heilio. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 3. ed. Salvador: Edições Podivm, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29.ed. Atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2004.

_____. **Direito administrativo brasileiro**. 36. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2010. 872.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios gerais de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

NAGEL, Ernest. **Ciência: natureza e objetivo**. In: MORGENBESSER, Sidney. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 13-24.

SILVA, Edna Lúcia da e MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em <<http://www.deps.ufsc.br>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

PARAIBA.



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO VIII

AUTORIZAÇÃO DO AUTOR PARA A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO

Autorizo a Comissão de TCC do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB a publicar o Trabalho de Conclusão de Curso de minha autoria, intitulado:

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO
DE ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
INDIRETA

na página (site) e/ou revista institucional após as modificações que se fizerem necessárias para tal fim.

Ressalvo que esta autorização não se estende à divulgação de dados considerados confidenciais pela (s) empresa (s) ou instituição(ões) em que a coleta de dados foi realizada.

João Pessoa, 31 de MAIO de 2017.

Joelder Alves do Nascimento
Assinatura do aluno

Nome: JOELDER ALVES DO NASCIMENTO

Endereço:

Telefone(s): 83 988172789

E-mail: JOELDER26@GMAIL.COM



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO X

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO DE ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

João Pessoa, 31 de MAIO de 2017.

Autor(a): Jaelda Alves do Nascimento

Assinatura (legível)